

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ
CNPJ/MF nº 01.073.966/0001-11

ATIVO		PASSIVO	
DESCRIÇÃO DAS CONTAS		DESCRIÇÃO DAS CONTAS	
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
DISPONIBILIDADES (NOTA 16)		DEPÓSITOS	
524.574	407.979	44.185.353	40.291.980
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ		Depósitos à Vista	
5.905.026	5.930.039	5.045.410	3.743.436
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		Depósitos a Prazo	
32.234.819	26.357.175	39.139.943	36.548.545
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	
228.956	759.590	30.226	22.674
228.956	759.590	935.869	1.458.110
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)		OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	
Operações de Crédito		Obrigações por empréstimos no País (NOTA 08)	
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		6.001.723	
25.336.382	26.934.539	6.001.723	7.306.366
27.838.310	30.893.676		7.306.366
(2.501.928)	(3.959.136)		
OUTROS CRÉDITOS		OUTRAS OBRIGAÇÕES	
780.332	1.377.924	1.837.449	1.512.105
Diversos (NOTA 05)		Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	
780.332	1.377.924	5.103	7.739
OUTROS VALORES E BENS		Socials e Estatutárias	
1.356.721	546.395	618.737	500.577
1.356.721	546.395	155.986	69.594
		1.057.623	934.195
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 06)			
1.356.721	546.395		
TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO	
78.422.272	75.941.735	78.422.272	75.941.735

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

* valores em Reais

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ

CNPJ/MF nº 01.073.966/0001-11

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2016	31/12/2015
	TOTAL	TOTAL
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.706.811	13.076.446
Operações de Crédito	10.262.844	10.395.338
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.443.967	2.681.109
DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.745.998)	(5.744.510)
Operações de Captação no Mercado	(3.952.536)	(2.927.933)
Operações de Empréstimos e Repasses	(806.463)	(678.035)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.986.999)	(2.138.542)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.960.813	7.331.937
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.707.505)	(5.494.373)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	234.528	246.207
Rendas de Tarifas Bancárias	324.528	62.520
ISPÊNDIOS e Despesas de Pessoal	(4.316.444)	(2.024.762)
Outros ISPÊNDIOS e Despesas Administrativas	(3.684.575)	(4.337.695)
ISPÊNDIOS e Despesas Tributárias	(25.877)	(9.105)
Despesas com Depreciação	(210.172)	(208.673)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	1.547.068	1.138.278
Outros ISPÊNDIOS e Despesas Operacionais	(576.560)	(361.142)
RESULTADO OPERACIONAL	1.253.309	1.837.564
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	6.804	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO	1.260.113	1.837.564
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(125.373)	(128.253)
Provisão para Imposto de Renda	(64.036)	-
Provisão para Contribuição Social	(61.337)	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(128.253)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DESTINAÇÕES LEGAIS	1.134.740	1.709.311
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	737.581	1.111.052
Fundo de Reserva - 60%	680.844	1.025.587
FATES - 5%	56.737	85.466
SOBRAS A DISPOSIÇÃO AGO	397.159	598.259

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ
 CNPJ/MF nº 01.073.966/0001-11

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2016	31/12/2015
Sobras Perdas líquidas antes do IR e CSLL	1.134.740	1.709.311
Contas resultado Credora	23.449,173	14.612.841
Contas resultado Devedoras	(22.189.060)	(12.775.277)
Apuração Resultado (IR CSLL)	(125.373)	(128.253)
Ajustes as sobras/perdas líquidas	328.332,44	250.613
Despesas de depreciação e amortização	210.171,79	174.673
Despesas de Depreciação	210.171,79	174.673
Outros Ajustes	118.160,65	75.940
Destinações dos resultados fundo reserva e FATES	118.160,65	75.940
Variações Patrimoniais (afetam o resultado/receitas e despesas)	(1.786.909,83)	(2.384.336)
Operações de Crédito	4.364.133,68	1.214.257
Operações de Crédito	4.364.133,68	1.214.257
Outros Créditos	(468.002,94)	(9.828)
Outros Créditos	(468.002,94)	(9.828)
Outros Valores e Bens	(810.326,25)	(347.895)
Outros Valores e Bens	(810.326,25)	(347.895)
Depósitos	3.893.373,08	10.285.642
Depósitos	3.893.373,08	10.285.642
Relações Interfinanceiras/Interdependenciais	(6.746.626,35)	(14.902.111)
Relações Interfinanceiras	(6.746.626,35)	(14.902.111)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.798.885,21)	781.801
Empréstimos no país outras instituições	(1.798.885,21)	781.801
Outras obrigações	(220.575,84)	593.798
Outras obrigações	(220.575,84)	593.798
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(323.837,39)	(424.412)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de investimentos	-	-
Aquisições de imobilizado de uso	(647.742,86)	(340.651)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(647.742,86)	(340.651)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variações patrimoniais		
Aumento/(redução) de capital	1.005.591,21	1.707.917
Aumento/(redução) de capital	1.005.591,21	1.707.917
Reservas de lucro	680.843,36	1.025.587
Reservas de lucro	680.843,36	1.025.587
Sobras ou perdas acumuladas	(598.258,88)	(1.812.145)
Destinação das sobras relativas ao exercício anterior	(598.258,88)	(1.812.145)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.088.175,69	921.359
MOVIMENTAÇÃO DE CAIXA	116.595,44	156.295
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	116.595,44	156.295
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	407.979,00	251.684
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	524.574,44	407.979

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras




DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ

CNPJ/MF nº 01.073.966/0001-11

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	12.926.754	-	6.213.279	-	598.259	19.738.292
Mutações Exercício Atual	1.005.591	-	680.844	-	(201.100)	1.485.335
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-	-	(598.259)	(598.259)
2. Integralização de Capital	1.589.905	-	-	-	-	1.589.905
3. Baixas de Capital	(584.314)	-	-	-	-	(584.314)
4. Sobras ou perdas do exercício					1.134.740	1.134.740
5. Destinações para reservas			680.844	-	(680.844)	-
6. Destinações Fates					(56.737)	(56.737)
Saldo Exercício Atual	13.932.345	-	6.894.123	-	397.159	21.223.626
Mutações	1.005.591	-	680.844	-	(201.100)	1.485.334
Variações %	8%	0%	11%	0%	-34%	8%

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ – SULCREDI/CREDILUZ, é uma cooperativa de crédito rural. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 18/03/1996 e tem por objetivos principais:

- I - propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família, e ainda fomentar a produção e a produtividade rural, bem como a sua circulação e industrialização;
- II - a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e o associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registradas mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Operações ativas e passivas

As operações ativas e passivas com encargos pré e pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos.

c) Operações de crédito e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN 2.682/1999 e 2.697/2000.

d) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado está registrado ao custo histórico.

Os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortização do intangível, foram calculados pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 7, item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

A administração pretende em 2016 revisar as taxas de depreciação conforme requer a NBC TG 27 de forma a reconhecer o montante com base na vida útil estimada. Considerando avaliação histórica dos dados, natureza dos bens e a atividade econômica da sociedade, estima-se como sendo pouco representativo o reflexo no resultado do período.

e) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Considerando a natureza da sociedade, tipo de atividade, circunstâncias econômicas, aspectos tecnológicos e outras evidências típicas da atividade, o Conselho de Administração não submeteu suas unidades geradoras de caixa ao teste de recuperabilidade previsto na NBC TG 01. O Conselho de Administração tem conhecimento que os respectivos ativos possuem valor líquido de venda maior em relação ao seu uso. (Valor recuperável).

f) Passivos contingentes

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações tributárias, cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

g) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2016			31/12/2015
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	16.294.971	5.532.213	21.827.183	24.015.947
Financiamentos	2.750.907	1.844.455	4.595.361	5.735.105
Financiamentos rurais e agro-industriais	8.792.433	2.570.504	11.362.937	13.674.717
Carteira total	27.838.310	9.947.171	37.785.482	43.425.768

* valores em Reais

b) Composição da carteira de créditos e cobrigações por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira	Provisão para operações de Crédito	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Nível A	16.605.203	83.026	81.264
Nível B	20.777.030	207.770	116.474
Nível C	17.409.908	522.297	260.978
Nível D	4.851.993	485.199	236.239
Nível E	1.419.994	425.998	265.049
Nível F	724.927	362.463	239.505
Nível G	218.758	153.131	388.741
Nível H	1.328.273	1.328.273	2.546.160
Total (i)	63.336.086	3.568.158	4.134.412

* valores em Reais

c) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2016	31/12/2015
Saldo anterior	4.831.458	3.768.901
Lançadas contra prejuízo	9.065.599	4.918.244
Recuperadas de prejuízo	(5.480.748)	(3.855.687)
Saldo Final	8.416.309	4.831.458

* valores em Reais

NOTA 05 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2016		Total	31/12/2015
	Curto Prazo	Longo Prazo		Total
Adiantamento de Férias	5.145	-	5.145	-
Titulos e creditos a receber	675.079	-	675.079	-
Devedores investimento BRDE	1.203	-	1.203	1.149
Diferenças quebra de caixa	514	-	514	-
Cartão Sulcredi Bic Banco	20.664	-	20.664	40.352
Cartão Sulcredi Unik	50.843	-	50.843	-
Irecargas	2.963	-	2.963	-
Devedores diversos - País*	23.921	1.065.595	1.089.515	1.325.595
Total	780.332	1.065.595	1.845.926	1.377.924

* valores em Reais

*Saldo a receber referente a Desfiliação da CRESOL Central Base em 31/12/2011 R\$ 1.065.594,88.

NOTA 06 – OUTROS VALORES E BENS

Outros valores e bens	31/12/2016		Total	31/12/2015
	Curto Prazo	Longo Prazo		Total
Imóveis	1.204.156	-	1.204.156	300.000
Veiculos e Afins	54.565	-	54.565	246.395
Máquinas e equipamentos	98.000	-	98.000	-
Outros	-	-	-	-
Total	1.356.721	-	1.356.721	546.395

* valores em Reais

NOTA 07 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2016	31/12/2015
Participação em Cooperativa Base Nacional Sulcredi	-	22.703
Total Investimentos	-	22.703

b) Imobilizado de uso

Imobilizado de Uso	31/12/2016			31/12/2015	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	185.200	-	185.200	28.000	0%
Edificações	711.967	(193.813)	518.154	522.358	4%
Móveis e equipamentos de uso	562.786	(249.857)	312.929	287.303	10%
Sistema de comunicação	11.472	(10.077)	1.395	2.240	10%
Sistema de processamento de dados	335.378	(219.282)	116.095	101.770	20%
Sistema de segurança	215.884	(166.069)	49.815	39.631	10%
Sistema de transporte	536.135	(405.753)	130.382	159.046	20%
Benfeitorias em imóveis locados	118.683	(33.627)	85.056	-	4%
Total	2.677.505	(1.278.478)	1.399.026	1.140.349	-

* valores em Reais

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

As obrigações por empréstimos são apresentadas a seguir :

Obrigações por empréstimos	31/12/2016		31/12/2015
	Curto Prazo	Longo Prazo	
Empréstimo Banco Safra 09/03/2017 - 21/07/2017 - 08/06/2017	5.174.131		4.733.385
Empréstimo BADESC 15/06/2021	827.593	1.222.222	2.049.188
Empréstimo CEF	-	-	2.240.258
Total	6.001.723	1.222.222	9.022.831

* valores em Reais

NOTA 09 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2016		31/12/2015
	Curto Prazo	Longo Prazo	
Obrigações por convênios oficiais	51.697		48.663
Provisão para pagamentos a efetuar	192.094	-	135.859
Prov para realização de eventos sociais	15.000		-
Provisão para Coobrigações	709.899	-	667.767
Credores diversos - país	88.932	-	81.906
Total	1.057.623	-	934.195

* valores em Reais

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	13.932.345	12.926.754

* valores em Reais

	31/12/2016	31/12/2015
Total de associados	9.282	8.502

NOTA 11 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas	31/12/2016
Depósitos a vista	74.579,56
Pessoas físicas	74.579,56
Depósitos a prazo	309.477,28
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	309.477,28
Operações de crédito	1.075.762,03
Cota Capital	175.247,31
Remuneração de empregados e administradores	4.161.505,40
Remuneração pessoas chave da administração	154.939,00

* valores em Reais

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores.

Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A Remuneração do pessoal chave da administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade.

NOTA 12 – COMPONENTE DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2016	Final: 31/12/2016	Variação
Caixa	308.208	486.598	178.390
Depósitos bancários	99.771	37.977	(61.794)
Total	407.979	524.574	116.596

* valores em Reais

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- i. Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- ii. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- iii. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- iv. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

NOTA 13 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN 3.444/07, compatível com os riscos de suas atividades. Segundo o que estipula o artigo 2º. da Resolução CMN 3.490/07, o valor do PR deve ser superior ao Patrimônio de Referência Exigível (PRE) – que é composto pela soma das parcelas de exposição aos diversos riscos a que a instituição está submetida na execução de suas atividades, apuradas conforme a legislação correspondente a cada risco.

Ressalta-se que, além do PRE, as instituições financeiras devem manter Patrimônio de Referência adicional suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação, na forma da Resolução CMN 3.464/07, segundo critérios mínimos estabelecidos pela Circular BACEN 3.365/07 (RBAN). Sendo assim, o limite do PR apurado já está deduzindo esta exigência.

Abaixo estão demonstrado os Limites Operacionais da Cooperativa:

Limites operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de referência (PR)	21.223.626	19.630.066
Patrimônio de referência exigido	14.370.681	13.391.369
Limite do PR (sobra ou insuficiência)	6.852.945	6.238.697
Índice de Basileia (mínimo 18%)	22,89%	22,72%
Imobilizado para cálculo do limite	10.611.813	1.163.052
Índice de imobilização (limite 50%)	6,59%	5,92%

* valores em Reais

DENILSON LUZ RODRIGHERO

Presidente

CPF: 543.432.089-15

FRANCIELI DIAS DA SILVA

Contadora

CRC PR 064.037/O-6 T/SC

Francieli Dias da Silva
CONTADORA

CRC/PR 064.037/O-6 T-SC
CPF: 064.867.099-60